



VOZES TERRA TENENTES: PROPRIETÁRIOS RURAIS NO BRASIL E NO CHILE: DA LUTA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA À ADAPTAÇÃO AO NEOLIBERALISMO (1962 – 1990)

¹Maria Luiza Gouvea (IC-UNIRIO); ¹Vanderlei Vazelesk Ribeiro (orientador).

1 – Departamento de História; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO.

Palavras-chave: Brasil; Chile; Proprietários Rurais.

INTRODUÇÃO

A questão agrária, tão comum no imaginário popular, conta com atores por vezes com ações além do que se pode acreditar, ao pensar no campo é inevitável chegar à questão de quem o comanda, quem seriam os donos dessas terras e que decisões sobre elas são tomadas. No Brasil, um local onde a exportação de bens agrícolas movimentava a economia há décadas a dúvida se os mesmos beneficiados atualmente não o fariam há gerações é bem fácil de pensar, e caso a resposta que tenhamos seja afirmativa, como essa manutenção por gerações seria possível, quais peças seriam movimentadas em um jogo político-econômico? A influência do patronato rural não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, é algo que perpassa gerações, por exemplo, como ainda nas décadas de 30 e 40 trabalhadores urbanos passaram a ter seus sindicatos e direitos trabalhistas estruturados durante o governo Vargas, enquanto o campesinato não contava com os mesmos “privilégios”, o motivo disso seria o interesse dessa elite que seus trabalhadores não obtivessem tais redes de amparo, essa sindicalização foi muito posterior, já no ano de 1963 na criação do Estatuto Trabalhista Rural, feito pelo na época presidente João Goulart, e mesmo com tal conquista, não havia representação própria, os proprietários eram presentes no sindicato, algo semelhante ocorreu em demais países do continente, como no Chile, os trabalhadores rurais também contavam com a exclusão de seus direitos trabalhistas, fomentado pela Sociedad Nacional de Agricultura, entidade civil composta por latifundiários, mesmo que a sindicalização fosse permitida pela constituição de 1925, foi apenas em 1967, no período de Eduardo Frei, que ela ocorreu.

As ações dos terratenentes iam para além de a garantia de seus empregados seguirem leis que fossem beneficiárias ao dono da terra, também se estendiam a medidas do governo para o campo, quando na década de 60 diversos países estavam trabalhando em suas leis de reforma agrária, visando uma melhor redistribuição com base em princípios de uma maior produtividade da terra e extensão da justiça social (PAR, 1964, apud BRUNO, 1995), o lado formado por agricultores e pecuários do Brasil parecia se opor, buscando que criassem-se assim paliativos para impedir a ação, em paralelo o Chile passava a ter a partir de 1962 as primeiras leis de reforma, visto que esses mesmos paliativos criados rapidamente se esgotaram (OSLAK, 2016), encabeçadas por políticos conservadores que outrora se colocavam contrários a tais ajustes, proprietários de terra também se punham na contramão da ação, enquanto no Chile a reforma chegou a ocorrer, após o golpe empresarial-militar de 1973 diversas dessas decisões foram desfeitas, com apoio patronal, por Augusto Pinochet, ditador que assume o poder, o Brasil, já em uma ditadura desde o ano de 1964, chegou a contar no governo Castelo Branco com avanços tecnológicos no campo, que atraiu terratenentes anteriormente desconfiados, mas essa modernização rural era completamente esvaziada, o Estatuto da Terra que permite tais avanços, não dá continuidade com as desapropriações igualmente previstas em seu texto, sendo essas realizadas de forma pontual, a estrutura da terra sendo mantida. A diferença de execução também mostra a disparidade de limites do poder patronal de decisão entre os locais.



OBJETIVO

Partindo de momentos na convergência da atuação do patronato rural brasileiro e chileno, causando atraso para a criação dos direitos trabalhistas no campo e os paliativos para a reforma agrária, em tal pesquisa busca-se analisar qual a extensão de poder e influência desses proprietários e como eles agiam diante as decisões do Estado para o campo em ambos os países, percebendo a diferenciação, e os motivos para discrepância neles.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é uma análise de produções bibliográficas feitas individualmente sobre o Chile e o Brasil, sendo ambas vistas de forma crítica para identificar pontos em que há convergência e divergência nos acontecimentos dos locais, assim se produzindo uma história comparada, em paralelo é realizada uma abordagem dialética para a bibliografia, nos quais os fenômenos sociais do momento são questionados para alcançar uma interpretação qualitativa deles, no caso específico do Chile também é feito um processo de micro-história, onde trabalhamos com um documento de expropriação de terra de um agricultor chileno, possibilitando a análise da ação de indivíduos diante das mudanças políticas estatais, auxiliando na comparação da questão rural Brasil-Chile.

RESULTADOS

Ao analisar o documento da expropriação das terras de Humberto Zamorano foi permitido ver como um produtor agrário durante o período pesquisado agia diante as ações do Estado, ao receber as terras como herança da sua falecida esposa, Humberto se viu em meio ao processo de criação de leis de reforma agrária no país, apesar de contar com elementos importantes como ser um grande produtor de trigo e possuir seu próprio canal para utilização da água, algo importante com a água chilena privatizada, ele teve que tomar medidas como a de seu filho, Júlio Zamorano, tendo comprado parte de suas terras, tornando uma nova propriedade, de menor escala, que não seria expropriada. Essas ações demonstram a forma onde mesmo após decisões que não beneficiam esses proprietários eram tomadas, eles ainda encontraram maneiras de burlar esse sistema para benefício próprio.

CONCLUSÕES

Os governos ditatoriais tomaram decisões diversas no campo, pois apesar de estarem em um mesmo contexto, a América Latina, contando com uma influência do patronato rural, ele possuía diferentes limites de ação no Brasil e no Chile, enquanto no primeiro a reforma nem chegou a ocorrer, eles conseguiram no governo ditatorial as modernizações necessárias, com expropriações sendo feitas apenas esporadicamente, isso tendo aberto portas para um processo de neoliberalismo no pós-redemocratização, visto que o fim do "fôlego" econômico do país foi se esgotando após o milagre econômico do começo da década de 80, já no Chile os proprietários não se mantiveram nos paliativos para os problemas que uma reforma seria a solução, acabaram por enfrentar as leis de reforma e a expropriação de suas terras, atrás de outras soluções para não serem tão afetados, exemplo a redistribuição do latifúndio, o motivo para essa assimetria de poder estando na desigualdade de importância atribuída na exportação agrária, no Brasil sendo o principal produto exportado, e no Chile uma exportação menor em comparação a de minérios como o cobre.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos sociedade e Agricultura**, 1995.



CHILE. Servicio Agrícola y Ganadero. Departamento de Tenencia de Tierras y Aguas. **Microcopia Hijueta n° 3 Los Echavea**. Santiago, 1992. Disponível em:

[https://sagcl-my.sharepoint.com/personal/javier_aguayo_sag_gob_cl/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fjavier%5Faguayo%5Fsag%5Fgob%5Fcl%2FDocuments%2FArchivos%20Reforma%20Agraria%2FExpedientes%20de%20expropiaci%C3%B3n.\(Humberto Zamorano\)](https://sagcl-my.sharepoint.com/personal/javier_aguayo_sag_gob_cl/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fjavier%5Faguayo%5Fsag%5Fgob%5Fcl%2FDocuments%2FArchivos%20Reforma%20Agraria%2FExpedientes%20de%20expropiaci%C3%B3n.(Humberto%20Zamorano))

DE MENDONÇA, R. O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos AS Segreti"**, v. 8, n. 8, p. 139-162, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da Questão Agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MAUREIRA MORENO, Juan René. **Enfrentar com la vida a la muerte: Historia y memorias de la violencia y el terrorismo de Estado em Paine (1960-2008)**, 2009.

OSZLAK, Oscar. **La trama oculta del poder: Reforma agraria y comportamiento político de los terratenientes chilenos, 1958-1973**. lom Ediciones, 2016.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**, 2010.

RAMOS, Carolina. **Sindicato patronal rural e reforma agrária no Brasil: uma análise da atuação da CNA frente à políticas governamentais voltadas para a questão fundiária**. Niterói, 2006; Dissertação (Mestrado em História)

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra e Liberdade: Comparando Experiências de Reforma e Contrarreforma Agrária no Peru e no Chile (1962 1997). **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v.9, p. 266-285, 2017.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Democratización fundamental en el campo: el populismo y la cuestión agraria en América Latina. In: DOALLO, Ximena Carreras; MATEO, Graciela (Org.). **Entre viejos y nuevos populismos**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2019